

A impossível neutralidade discursiva na práxis educacional e a improbidade ideológica da Escola sem Partido

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo aborda o cerceamento da liberdade de cátedra do professor na realidade educacional brasileira mediante o projeto ideológico da Escola sem Partido, que apregoa o fim do partidarismo político na atuação docente em sala de aula. Contudo, o citado projeto mascara suas reais intenções, que é a de eliminar da atuação do professor o seu papel de estimulador da reflexão crítica sobre os problemas sociais de nossa realidade política, auxiliando assim os estudantes a compreenderem as nossas contradições estruturais. A ideologia da Escola sem Partido defende a neutralidade pedagógica, mas a própria construção curricular já denota ausência de neutralidade, pois diversos critérios e interesses ocultos se encontram subjacentes no currículo pedagógico.

Palavras-chave: Ideologia; Neutralidade; Política; Neoliberalismo; Currículo.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; professor da FACC-UFRJ.



Prólogo

A onda reacionária evidencia sua força virulenta ao criminalizar professores que fazem do espaço educacional uma resistência incondicional aos ditames arbitrários de um ilegítimo e temerário poder governamental corrupto que prevarica a coisa pública em favor dos interesses privados da sua cúpula criminosa. Nesse espírito de perseguição aos atos de resistência contra a opressão direitista, os espaços educacionais, espaços políticos por excelência, são vigiados pelos olhares de abutres dos delatores que, intrinsecamente dominados por disposições ressentidas, não aceitam que os sujeitos ocupem as escolas e universidades para a realização de debates políticos, protestos e outros atos contestatórios do regime temerário em vigor. A ignorância reacionária, convertida em obtusa virtude, faz da educação um caso de polícia. Toda manifestação de insatisfação de professores e de estudantes ao poder vigente é reprimida militarmente e juridicamente, preparando o terreno da

desolação política para a necrofilia fascista. Esse texto é então dedicado a todos aqueles que subvertem as consciências estudantis com ideias contrárias ao sistema alienado da vida retrógrada dos reacionários, filisteus, defensores de regimes militares e outros tipos humanos axiologicamente afins. Educação ou barbárie.

Introdução

O exercício do magistério sofre, na atual configuração social brasileira, contínuos golpes contra sua dignidade profissional. Desvalorização salarial, desprestígio social, desamparo político, assédio moral e constantes agressões das truculentas forças policiais ao serviço do Estado Plutocrático, dentre outros males até então irresolvíveis. Desponta agora a perda da autonomia intelectual do professor e o cerceamento das suas atividades educacionais mediante a erupção de disposições reacionárias de segmentos ideológicos apoiados por partidos políticos desprovidos de efetivo compromisso republicano. Essa ação orquestrada de

dissolução da autonomia do professor que atende pelo nome de Escola sem Partido expressa a submissão da práxis educacional aos ditames neoliberais da privatização da vida e da mercantilização da cultura em nome da concretização inapelável do sistema capitalista e seu inerente processo de formatação unidimensional da existência, que se irmana cada vez mais com o fascismo. Em nome da suposta neutralidade epistemológica da educação, a Escola sem Partido visa criminalizar todo tipo de discurso pedagógico imputado como sectário de ideologia política ou religiosa, em favor da preservação da pretensa liberdade de consciência dos estudantes, afetados pelo arbítrio tirânico dos professores que fazem do seu exercício docente um espaço de politização discursiva. No decorrer desse artigo pretendo demonstrar o vínculo indissociável entre Escola sem Partido, os paradigmas neoliberais e o conservadorismo ideológico que grassa a frágil democracia brasileira, cuja esfera pública permanece dominada pela hegemonia de grandes cartéis midiáticos, pelos conglomerados empresariais, pelos latifundiários patriarcalistas e pelo autoritarismo de corporações tradicionalmente atreladas aos dispositivos repressivos da máquina pública.

A educação sob a égide neoliberal

O pensamento neoliberal se caracteriza pela crítica ao que considera como o inchaço do Estado Social, mantenedor dos serviços cruciais que garantem formalmente a estabilidade da esfera pública. Segundo seus ideólogos, ao poder estatal caberia apenas manter a ordem pública para que os empreendimentos individuais obtenham devida segurança. Toda iniciativa proativa está associada diretamente à

esfera privada, e a máquina pública, imputada como burocrática, a fonte de todos os prejuízos sociais. O empresário é configurado como o catalizador de todas as formas de progresso econômico, político e social na ordem de mercado:

Numa economia de mercado o consumidor é soberano. É ele que manda, e o empresário tem que se empenhar, no seu próprio interesse, em atender seus desejos da melhor maneira possível [...] O empresário bem-sucedido é aquele que consegue antever os futuros desejos dos consumidores, melhor do que os seus competidores. Para o empresário, na qualidade de vassalo do consumidor, é irrelevante se os desejos e necessidades dos consumidores decorrem de uma escolha, racional ou emocional, moral ou imoral. O empresário procura produzir o que o consumidor quer. Nesse sentido pode-se dizer que ele é amoral (MISES, 2010, p. 20; p. 22)

No âmbito educacional, o projeto neoliberal visa estabelecer uma gestão pedagógica rigorosamente pragmatista, de modo a formar quadros técnicos altamente especializados para a organização dos seus escalões elevados, ao mesmo tempo em que visa precarizar as bases estruturais do sistema público de educação, de modo a naturalizar nas consciências juvenis as divisões sociais perpetradas pela ordem capitalista como se esta fosse uma estrutura inevitável. Segundo as críticas de Henry A. Giroux,

O conhecimento, como capital no modelo empresarial, é privilegiado como forma de investimento na economia, mas parece ter pouco valor quando está relacionado com o poder de autodefinição, com responsabilidade social, ou com a capacidade dos indivíduos de expandir o âmbito da liberdade, da

justiça e das operações da democracia (GIROUX, 2003, p. 61).

Eis um dos motivos pelos quais as disciplinas de Filosofia e de Sociologia, que justamente estimulam uma reflexividade crítica sobre os valores vigentes, as ideias, o sentido da ação humana, as organizações sociopolíticas e suas contradições, sofrem contínuas fragmentações didáticas de modo a empobrecer a qualidade do trabalho educacional dos seus docentes na era da espoliação neoliberal, inclusive sob o risco de retirada do currículo escolar.¹ Conforme argumenta Viviane Mosé,

A fragmentação do pensamento e do saber é o modo mais eficiente de controle social, quer dizer, da submissão de pessoas a um modelo excludente de sociedade. Sem a capacidade de relacionar a experiência particular com o todo da vida, sem a capacidade de articular o todo da vida com um projeto social mais amplo, sem a capacidade de relacionar esse projeto social com o planeta e a vida, jovens e crianças terminam submetidos a processos e engrenagens que os tornam tão pequenos e insignificantes que não se sentem potentes para transformar aquilo que os oprime (MOSÉ, 2013, p. 52).

A carga horária excessiva de disciplinas técnicas, como Matemática, Física ou Química, usualmente instrumentalizadas e desprovidas de análise epistemológica dos seus conteúdos, promove o embotamento crítico do estudante, que se encontra na

necessidade de decodificar essas informações travestidas de saberes para que possa obter sucesso nas avaliações escolares e nos exames admissionais no ensino superior. Segundo Edgar Morin

A educação atual fornece conhecimentos sem ensinar o que é o conhecimento. Ela não se preocupa em conhecer o que é conhecer, ou seja, os dispositivos cognitivos, suas dificuldades, suas instabilidades, suas propensões ao erro, à ilusão. Isso porque todo conhecimento implica risco de erros e de ilusões (MORIN, 2013, p. 195).

A usual desvalorização institucional das disciplinas reflexivas se cristaliza no imaginário estudantil, que comumente identifica nesses conteúdos um momento de contragosto pessoal, já que nesses saberes críticos o estudante é estimulado pedagogicamente a analisar as bases sectárias de nossa formação política, tarefa que exige de cada pessoa uma inevitável autoanálise de seu papel como ator social, revelando comumente suas contradições axiológicas e suas feridas existenciais. Segundo Néstor García Canclini,

A educação foi cedendo autonomia ao diminuir a importância da escola pública e laica e crescer o ensino privado que, com frequência, subordina o processo educacional às aptidões de mercado e se preocupa mais em capacitar tecnicamente do que formar para aptidões culturais. Em vez de formar profissionais e pesquisadores para uma sociedade do conhecimento, treina peritos disciplinados (CANCLINI, 2008, p. 23).

A ideologia neoliberal, expressão cabal da visão unidimensional do empresariado na dinâmica econômica do capitalismo tardio, não apenas converte a experiência da cidadania

¹ Cabe ressaltar que em regimes autoritários de outrora, orientados por lógicas econômicas distintas do projeto neoliberal, a desvalorização cultural da Filosofia e Ciências Humanas também se configurava como uma constante em favor do tecnicismo profissionalizante.

como a capacidade do sujeito ampliar seus atos de consumo, como também faz da própria práxis educacional um filão de lucros para os investidores, direcionando a pauta pedagógica das instituições de ensino conforme os critérios da flexibilização, de modo a atender a maior demanda possível de estudantes configurados como consumidores-clientes, que jamais podem sofrer qualquer retração em suas demandas pessoais. Segundo José Carlos Libâneo,

Quer-se subordinar os sistemas educacionais à economia já que, no novo paradigma de produção, as novas tecnologias requerem trabalhadores mais qualificados, com mais flexibilidade profissional para atender novas demandas do mercado de trabalho e com mais espírito empreendedor para fazer frente à competitividade econômica internacional (LIBÂNEO, 2015, p. 200)

Para tanto, são exigidas avaliações facilitadas, condições extremamente favoráveis aos estudantes para que eles não se sintam constrangidos por eventuais insucessos, que compreendem o processo educativo não como um exercício de transformação pessoal que exige dedicação e disciplina intelectual, mas apenas como a alavanca para o futuro sucesso profissional. Paula Sibília argumenta que

Na oferta educacional contemporânea busca-se oferecer um serviço adequado a cada perfil de público, proporcionando-lhe recursos para que cada um possa triunfar nas árduas disputas de mercado. Isso não é para todos, como a lei, mas tem uma distribuição desigual como o dinheiro: todos os consumidores querem ser distintos e únicos, singulares, capazes de competir com os demais para se destacar com

suas vantagens diferenciadas, num mundo globalizado no qual impera um capitalismo cada vez mais jovial, embora também feroz (SIBILIA, 2012, p. 132).

A visão de mundo neoliberal defende como fundamentais palavras de ordem o empreendedorismo e a meritocracia, mas escamoteia as suas reais condições. Vejamos possíveis objeções a ambos os conceitos:

O discurso do empreendedorismo mistifica a própria estruturação social conflitante do regime capitalista, defendendo a ideia de que a inovação e a versatilidade são condições cruciais para que ocorra o sucesso profissional do sujeito em um mercado extremamente autofágico e competitivo, desprovido de qualquer consideração humanista pelos indivíduos. Ainda de acordo com as críticas de Paula Sibília a tal ideário,

Com a transferência dessa responsabilidade para os indivíduos cada vez mais convertidos em consumidores e empresários de si mesmos, propaga-se a crença de que cada um pode e deveria ser capaz não só de se capacitar, mas também de administrar sua carreira, otimizando seus próprios recursos e minimizando a necessidade de intervenção pública (SIBILIA, 2012, p. 139).

Uma vez que a sociedade capitalista pressupõe, para o seu pleno funcionamento econômico, que exista uma grande massa humana, alheada dos meios de produção, que venda por necessidade de subsistência aos detentores dos mesmos a sua força de trabalho mediante pagamento incompatível com os seus esforços metabólicos no desempenho das tarefas profissionais exigidas, os ganhos financeiros dessas realizações são retidos, nessas condições, pelo

empresariado e seus investidores associados. Para Marli E. D. A. André,

A escola, visto ser constitutiva da práxis social, e não produtora desta, terá refletidas no seu cotidiano as marcas contraditórias de um sistema que mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas, ao mesmo tempo em que mercantiliza a força de trabalho, geradora de mais-valia (ANDRÉ, 1990, p. 171)

Na lógica da administração privada, o discurso do empreendedorismo gera ainda falsas expectativas nos funcionários que aspiram ao rápido crescimento profissional na corporação, pois se a organização econômica capitalista pressupõe a perpetuação das disparidades sociais para que uma massa humana atue ao serviço da satisfação da elite plutocrática, nem todos os sujeitos poderão vivenciar e usufruir as benesses de uma possível elevação social, malgrado as promessas em contrário. Nesse contexto, se todos os empreendedores se tornassem executivos, gestores, pessoas de comando, quem atuaria como os seus serviços? Tal como argumenta Maurício Tragtenberg,

Uma educação competitiva que se preocupa em escolher o “melhor”, o “primeiro da classe”, esquece aquele que merece mais atenção: o “pior”, o “último da classe”. Ela reproduz, no plano da escola, as determinações socioeconômicas, ela transforma o pobre num desgraçado escolar, pune-o diretamente com a reprovação e indiretamente tornando-o um evadido escolar (TRAGTENBERG, 2004, p. 203).

O economicismo educacional se configura assim como uma ideologia que naturaliza as contradições estruturais do capitalismo e visa preparar o jovem educando para um

modelo de vida imputado como o único possível e, por conseguinte, o melhor; nega-se assim o dimensionamento da consciência reflexiva para alternativas societárias e políticas divergentes, convergentes com um modo de vida mais sustentável.

O problema da politização da educação

É conveniente que questões partidárias não sejam inseridas na práxis pedagógica, evitando-se assim a polarização propagandística de ideias concernentes a uma dada associação política. Contudo, isso não significa a anulação da reflexão política em sua indissociável relação com a dimensão educacional, pois o processo pedagógico é um ato social. Ocorre no discurso da Escola sem Partido uma tendenciosa confusão entre partidarismo e política, visando justamente retirar da dimensão educacional a necessária análise dos fenômenos concretos da práxis política.

O projeto de Escola sem Partido, que apregoa lutar contra a manifestação de ideologias na educação é, ele mesmo, ideológico. Esse movimento apenas mascara os seus interesses reais na despolitização da educação como forma de criar uma massa profissional alienada mediante sua adequação ao tecnicismo, como também chancela os propósitos espoliativos de partidos reacionários do espectro da direita associado aos setores mais conservadores da sociedade civil tradicionalmente atrelada a uma agenda nitidamente retrógrada incompatível com os paradigmas modernos da laicidade política.

Por outras palavras, os promotores da Escola sem Partido pretendem excluir do debate educacional quaisquer temas usualmente associados ao espectro da

esquerda para que as pautas direitistas dos partidos interessados nessa estigmatização da crítica política encontrem assim espaço livre para sua inoculação, visando degradar as já frágeis bases democráticas da sociedade brasileira, de modo a favorecer a hegemonia dos grupos políticos caracteristicamente obscurantistas e adeptos do discurso truculento afiliado ao fascismo. Conforme argumenta Tamires Gomes Sampaio,

Esse projeto educacional expõe e protege os ideais conservadores e fundamentalistas, que sempre foram usados para garantir a manutenção do status social e econômico, consolidando um ensino meramente técnico e despolitizado (SAMPAIO, 2016, p. 148).

Os próprios partidos sectários da direita obscurantista que lutam pela secção violenta entre ensino e estofos políticos reforçam, inevitavelmente, o entrelaçamento entre educação e política. Por conseguinte, os ideólogos da Escola sem Partido ratificam a partidarização da escola, convenientemente aos seus interesses escusos. Portanto, em um estranho paradoxo, os defensores da Escola sem Partido evidenciam afiliação aberta em relação aos partidos de agenda política reacionária. Vivemos assim um renascimento, em terras tupiniquins, das artimanhas macarthistas contra toda atividade pedagógica imputada como subversiva, ou seja, objetora do autoritarismo institucionalizado vivamente presente em nosso cotidiano sociopolítico e dos imperativos mercadológicos do capitalismo monopolista, espoliador da coisa pública e da vivência cidadã. Nesse contexto, toda inserção de temáticas culturalmente polêmicas, que contestem a estruturação normativa do status quo são passíveis de vituperação e de

judicialização. Uma práxis cultural esclarecida não hesita em debater qualquer temática, dissolvendo os tabus que envolvem determinados conteúdos relegados ao esquecimento como forma justamente de se compreender os erros e os acertos de dada experiência sociopolítica. Quando ocorre o silenciamento da análise crítica em nome da pretensa harmonia pedagógica abre-se o caminho para a legitimação da barbárie, pois as vozes de dissenso são emudecidas e a unidade axiológica se torna o padrão por excelência. Segundo Henry A. Giroux,

O conhecimento que é privado de considerações éticas e políticas oferece noções limitadas, se alguma, de como as escolas deveriam educar os estudantes para combater os limites opressivos da dominação baseada em gênero, raça, classe e idade. Essa linguagem também não proporciona as condições pedagógicas para que os estudantes envolvam-se criticamente com o conhecimento como uma ideologia profundamente comprometida com questões e lutas que dizem respeito à produção de identidades, cultura, poder e história. A educação é uma prática moral e política, e sempre pressupõe uma introdução e preparação para formas específicas de vida social, uma interpretação particular das noções de comunidade e daquilo que o futuro pode trazer (GIROUX, 2003, p. 61).

O projeto da Escola sem Partido ratifica a condição de pária do professor na sociedade tecnocrática, como se o docente fosse o culpado por todos os problemas estruturais de nossa vida pública. É fato que existem muitos professores pedagogicamente despreparados para o exercício profissional, mas daí torná-los bodes

expiatórios da degradação social é um avilte, pois esses docentes são apenas a superfície do problema cultural que nos assola, jamais a causa fundamental. Esta se encontra na má gestão governamental, nas ações indébitas dos políticos prevaricadores da coisa pública e na ação inescrupulosa de segmentos da iniciativa privada que não hesitam em fazer com que as riquezas estatais beneficiem seus interesses particulares. Podemos então afirmar que a penalização do professorado decorre de uma tentativa reativa de se afetar o lado mais fraco da estrutura social fragmentada, tal como ocorre usualmente na extrema virulência manifestada pelo homem médio contra os praticantes de pequenos delitos, responsáveis por violações ínfimas do tecido social, enquanto os atos degradantes dos grandes criminosos de colarinho branco permanecem comumente despercebidos pela opinião pública, assim como são constantemente absolvidos dos seus graves delitos contra a coisa pública e até mesmo benquistos por grande parcela da população, que no fundo gostaria de ser também tal como essas figuras distintas.

Analisemos os “princípios deontológicos” do projeto Escola sem Partido para que possamos comentá-los criticamente:

I- O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

Na formulação dos ideólogos, os alunos são imputados como figuras passivas que não participam autonomamente da aula, reproduzindo o discurso

do espectador de um acontecimento.

II - O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

O professor, grosso modo, já é constrangido pela ideologia mercadológica de adequação aos imperativos do alunado para que facilite sua vida acadêmica. Na lógica capitalista vigente, o professor não encontra nem mesmo os meios para exercer esse pretense autoritarismo.

III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

Muitos estudantes encontram na figura do professor o exemplo intelectual de intervenção na ordem sociopolítica. Quando as motivações para participação em manifestações coletivas e afins são em honra de causas democráticas/emancipatórias, é um dever que o professor estimule seus estudantes para que se unam a tais mobilizações. Se não luto por causas libertárias que contestem a opressão, quem lutará por mim? Se até mesmo mandatários políticos convocam mobilizações multitudinárias, por qual motivo os professores não poderiam fazê-lo? Quando a adesão dos alunos para uma

manifestação política é voluntária, movida por ideais democráticos, não há qualquer problema moral quanto a isso. A única exceção ocorreria se porventura o professor exigisse participação dos alunos nesses atos para que eles obtenham notas em avaliação ou registro de presença na chamada. Participação em passeatas não é atividade pedagógica fora de sala, mas uma adesão coletiva perante uma causa reivindicatória imputada como justa.

IV - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

Essa prédica não é original dos proponentes da Escola sem Partido; na verdade encontramos versões similares em diversos outros códigos deontológicos de conduta, como, por exemplo, para a regulação da profissão jornalística, que poucos seguem, por sinal. Na teoria formula-se uma bela regra normativa, mas na prática raramente se aplica. Se os jornalistas cumprissem rigorosamente os preceitos deontológicos da profissão, nossa esfera pública seria muito mais reflexiva, inteligente e contestadora do status quo. Talvez um professor robotizado consiga

desenvolver a pretensa “forma justa”, isto é, proporcional, na apresentação e problematização dos temas concernentes aos conteúdos didáticos de sua disciplina. Existem dados que são mais enxutos, outros mais amplos. Não é possível se mensurar precisamente esse ansiado equilíbrio, tornando assim imprecisa qualquer tentativa de controle.

V- O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Essa prédica reforça a noção doutrinária do papel pedagógico do professor em inculcar nos jovens valores morais, como se os mesmos fossem indissociáveis dos conteúdos epistêmicos. Exceto em casos específicos de instituições de ensino confessionais convenientemente outorgados legalmente, o professor deve seguir os parâmetros laicos da constituição federal, inclusive encontrando liberdade de cátedra para formular críticas a determinados valores morais e/ou religiosos que porventura atentem contra os direitos humanos e o progresso da consciência intelectual.

VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

Essa prédica impõe ao professor um poder ao qual

**talvez não lhe pertença mais,
pois continuamente espoliado
de sua autoridade intelectual e
dignidade profissional.**

Conforme o planejamento educacional estabelecido pelos ideólogos da Escola sem Partido, há distinção epistêmica entre educação e instrução, cabendo aos pais a primeira e aos professores a segunda, ou seja, apenas a transmissão objetiva dos conteúdos pedagógicos concernentes a uma dada disciplina para o seu alunado. A ignorância acerca do que é a essência da experiência educacional pelos signatários desse projeto reacionário gera a confusão entre as instâncias citadas. Educação é cultivar, formar, construir, de modo a realizar no sujeito sua capacidade de agir autonomamente como ator social em suas mais diversas segmentações. Por conseguinte, não cabe apenas aos pais essa tarefa, mas também a todos os profissionais pedagógicos em seus afazeres didáticos com seus estudantes. A tacanha compreensão sobre a experiência da educação pela ideologia da Escola sem Partido visa enfatizar acima de tudo o seu aspecto normativo, como se tal dispositivo fosse um mecanismo de controle sobre a subjetividade do jovem, inculcando-lhe valores cívicos e morais convenientes ao status quo. Ao propor separar a educação da instrução, o discurso doutrinário da Escola sem Partido estabelece um processo análogo da divisão técnica do trabalho na dimensão pedagógica, compartimentando as ações em estatutos estanques sem qualquer diálogo, favorecendo assim a atomização social e a cisão política, ainda que defenda o contrário. Para Henry A. Giroux,

A educação política significa reconhecer que a educação é política porque é diretiva e dirige-se a uma natureza inacabada daquilo

que significa ser humano, intervir no mundo, pois o protagonismo humano é condicionado e não determinado. Significa, também, reconhecer que as escolas e outros espaços culturais não podem abstrair-se das condições socioculturais e econômicas de seus habitantes, de suas famílias e de suas comunidades. A educação política também significa ensinar aos estudantes a correr riscos, fazer perguntas, desafiar aqueles no poder, honrar tradições críticas e ser reflexivo a respeito da forma como a autoridade é utilizada na sala de aula e em outros espaços pedagógicos. Uma educação política propicia a oportunidade para que os estudantes não apenas se expressem de forma crítica, mas para que alterem a estrutura de participação e o horizonte de debate pelo qual suas identidades, seus valores e seus desejos são moldados. Uma educação política constrói condições pedagógicas para capacitar os estudantes para entenderem como o poder opera sobre eles, através deles e por eles, para construir e ampliar seu papel como cidadãos críticos (GIROUX, 2003, p. 161).

Os signatários da Escola sem Partido representam os aspectos mais grotescos da degradação política brasileira, apresentando uma agenda social nitidamente reacionária, pois contrária aos avanços paulatinos das pautas libertárias concernentes a um Estado laico, ainda que formalmente. As ditas bancadas da bala e da bíblia, regidas pelo sectarismo e pela truculência, são grandes defensores desse projeto ideológico, circunstância que evidencia o perigo para a democracia que esses segmentos políticos representam para a esfera pública e seus efeitos deletérios no progresso educacional brasileiro. Em contraponto a tal dispositivo, Fernando Savater defende a tese de que

O ensino deve ser tanto pluralista quanto a própria sociedade, e convém que nela possam encontrar lugar estilos e tendências diferentes [...] A criança vai à escola para se pôr em contato com o saber de sua época, não para ver confirmadas as opiniões de sua família (SAVATER, 2012, p. 163-164).

A cada nova geração que passa é possível percebermos que ocorrem contínuas aberturas acerca da aceitação dos padrões de comportamento outrora considerados destoantes dos padrões normativos estabelecidos, assim como mudanças nas concepções sociais, sexuais, políticas, mais abrangentes e democráticas, circunstância positiva que exige a reconfiguração dos conteúdos pedagógicos. No entanto, contra todos os avanços culturais que esclarecem a consciência humana e favorecem a sua abertura intelectual para a diversidade e a afirmação das diferenças axiológicas, o espírito reacionário evidencia claramente sua ausência de neutralidade, ao pretender impor um modelo discursivo de verdade para a sociedade inteira, sem respeitar sua pluralidade cultural e seus direitos cidadãos, seja na religião (a hegemonia do Deus cristão), seja na ordem familiar (a biparental), seja na questão da sexualidade (estigmatização de todas as práticas consideradas “antinaturais”, pois contrárias aos mandamentos eternos de “Deus”), seja na política (legitimação do sistema patriarcalista, no qual a mulher não possui visibilidade e dignidade social e a propriedade privada é imputada como um bem sagrado), seja na economia (glorificação do empreendedorismo, da desregulação do mercado e da meritocracia), seja na segurança pública (criminalizando a pobreza e estabelecendo visões maniqueístas sobre as contradições sociais). Por conseguinte, o espírito direitoista ousa afirmar seu ideário sem

qualquer vergonha, pois a onda conservadora inoculada no tecido social chancela os seus pronunciamentos autoritários.

Os sectários desse disparate educacional fingem não reconhecer que inexistem qualquer pretensa neutralidade discursiva, quimera idealista que mascara as bases concretas da produção social do conhecimento. Essa questão também se manifesta em setores de grande impacto na ordenança social, como a atividade midiática e a atividade científica, ambas desprovidas de qualquer neutralidade em seus ofícios. Em ambos os casos é o interesse que se potencializa como o motor das ações dos seus agentes, mesmo que movidos pelas intenções mais nobres.

Assim como não existe saber desinteressado, também não existe ação desinteressada. Mesmo a defesa incondicional da neutralidade axiológica já se configura uma tomada de decisão, uma escolha singular. Exigir neutralidade de alguém, portanto, denota tendenciosidade. Somente o reacionarismo temerário, certamente por má fé e tacañez intelectual, insiste nessa proposta indecente. O bom senso determina, nessas condições, que não se exija neutralidade de ninguém, pois assim se evita mistificações ideológicas geradoras de grandes problemas concretos. Por exemplo, no plano das relações internacionais, está provadíssimo que mesmo países proclamados politicamente neutros que são flexíveis em suas legislações bancárias (paraísos fiscais) favorecem a satisfação de interesses particulares, subjetivos, de países, grupos empresariais ou pessoas implicadas em crimes e transações desonestas. Por conseguinte, a ausência de posicionamento axiológico legitima a barbárie, a violência, o delito.

A rigor, todo conhecimento educacional é manipulado pelo professor que organiza e planeja as suas aulas e textos-base, o que cabe investigar é se tal processo de manipulação é ideológico ou não, isto é, se visa esclarecer os agentes sociais sobre as contradições intrínsecas das relações sociais ou se ratifica o status quo, naturalizando piamente suas bases autoritárias como se fossem efetivamente democráticas. Segundo Louis Althusser,

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados a exploradores. Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda confiança) pelos “pais” (que por sua vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimentos, literatura e virtudes “libertárias” (ALTHUSSER, 1985, p. 80).

O professor comprometido pedagogicamente com a formação de um coletivo de estudantes intelectualmente autônomos, reflexivos, dotados de senso crítico, *quer* que eles assim o sejam, circunstância que

demonstra sua atuação proativa em favor desse processo ótimo de desenvolvimento das capacidades intelectuais. Se porventura postulássemos a absurda existência de professores desprovidos desse objetivo emancipatório, o docente guiado pelos princípios do formalismo da neutralidade se assemelharia a uma máquina propagadora de conteúdos, sem qualquer humanidade na criação do discurso pedagógico. A natureza dialética do processo educacional evidencia que não apenas o professor anseia pela mudança na maneira pela qual o estudante compreende a realidade concreta, como também ele próprio se modifica constantemente em suas múltiplas dimensões existenciais a partir das suas experiências educacionais. Conforme argumenta Henry A. Giroux,

Os educadores e pais terão que passar a encarar a escola não como neutra nem objetiva, mas sim como uma construção social que incorpora interesses e suposições particulares [...] O conhecimento torna-se importante na medida em que ajuda os seres humanos a compreenderem não apenas as suposições embutidas em sua forma e conteúdo, mas também os processos através dos quais ele é produzido, apropriado e transformado dentro de ambientes sociais e históricos específicos (GIROUX, 1997, p. 39).

A educação submetida ao crivo do capital neoliberal desprestigia a atividade docente, fazendo-a seguir critérios mercadológicos de otimização do tempo, resultados positivos e eficiência didática. O erro e o fracasso, eventos imprescindíveis para a formação crítica do ser humano na sua progressiva superação de limitações pessoais, são descaracterizados. O professor deve ainda satisfazer os

imperativos estudantis tal como fossem transações comerciais, perpetuando o infantilismo cultural próprio de nossa conjuntura social caracteristicamente narcísica. De acordo com Beatriz Sarlo,

Quando a administração educacional perde poder e recursos, os grandes ministros da educação são, na verdade, os gerentes e programadores do mercado, cujos valores não incentivam o surgimento de uma sociedade de cidadãos iguais e sim o de uma rede de consumidores fiéis (SARLO, 2005, p. 101-102).

Baixos salários, assédio moral constante, precarização das condições trabalhistas, diversas condições degradantes são a regra do cotidiano profissional do professor, cada vez mais desestimulado a desenvolver uma carreira inovadora e proativa. A violência concreta e a violência simbólica se conjugam na alienação existencial do professor. Nesse contexto, o cerceamento da autonomia didática do professor decorrente da concretização do projeto normativo da Escola sem Partido torna o docente ainda mais espoliado pelo sectarismo do status quo, refratário ao processo de esclarecimento intelectual que é resultado direto da livre iniciativa para pensar de todos os sujeitos inseridos no mundo educacional. Não apenas submetido ao crivo do mercado, que exige do professor a transmissão de conteúdos adequados ao espírito do capitalismo para tornar seus estudantes mais preparados para o processo altamente competitivo e imperdoável da sociedade administrada, mas também ao silenciamento do discurso imputado como subversivo pelos detratores defensores da soberania do mercado como princípio dogmático. O quadro se revela tenebroso para a frágil democracia vigente, pois o discurso

virulento que perpassa reacionárias organizações direitistas não fica nada a dever aos grupos fascistas que fazem da truculência e do autoritarismo as suas bandeiras guerreiras. Fernando Savater indaga reflexivamente:

A educação deve preparar gente apta a competir no mercado de trabalho ou formar homens completos? Deve dar ênfase à autonomia de cada indivíduo, com frequência crítica e dissidente, ou à coesão social? Deve desenvolver a originalidade inovadora ou manter a identidade tradicional do grupo? Atendem à eficácia prática ou apostam no risco criador? Reproduzirá a ordem existente ou instruirá os rebeldes que possam derrubá-la? (SAVATER, 2012, p. 17).

Quando o nome de Paulo Freire é difamado pela ideologia da Escola sem Partido como um “doutrinador marxista”, anulando todas as suas contribuições irrefutáveis internacionalmente reconhecidas para os estudos sobre filosofia da educação e temas conexos, fica cada vez mais evidenciado o caráter obscurantista que movimenta as ações virulentas desse projeto antidemocrático. Paulo Freire empreendeu diversos trabalhos educacionais fundamentais para a alfabetização de massas camponesas e outros trabalhadores subalternos de sociedades politicamente conservadoras, e depreciar o seu legado pedagógico sem qualquer análise rigorosa do mesmo revela a natureza ressentida dos seus detratores. Paulo Freire, em suas colocações epistemologicamente extemporâneas, afirma que

A sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não

é responsável. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios (FREIRE, 1983, p. 35).

O currículo escolar não é estabelecido de maneira neutra pelos tecnocratas das secretarias de ensino, reproduzindo antes os seus anseios ideológicos. Dependendo das circunstâncias funcionais, poucos professores encontram flexibilidade pedagógica para dobrarem a rigidez desses parâmetros curriculares, uma vez que os processos de ensino ficam submetidos ao crivo das avaliações de admissão ao ensino superior, e determinados conteúdos são privilegiados em detrimento de muitos outros. Conforme argumenta Michael Apple,

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo (APPLE, 2013, p. 71).

O currículo é assim um dispositivo conservador, pois concede pouca abertura para a inovação e para o debate da comunidade acadêmica acerca do mesmo. Com efeito, uma das partes interessadas na práxis educacional, os estudantes, não participam desse processo, circunstância que demonstra a ausência de genuínos traços democráticos na escolha dos conteúdos curriculares e da própria gestão educacional como um todo. A politização dos processos pedagógicos exige que tanto os diretores como os professores e os alunos dialoguem abertamente sobre as demandas educacionais da instituição de ensino, inclusive sobre os saberes formativos componentes das estruturas curriculares.

A ausência do debate isonômico entre as instâncias da dimensão educacional ratifica a lógica autoritária de nossa organização social e seu engessamento hierárquico, gerando contínuos focos de tensão no cotidiano escolar. Talvez haja medo, da parte dos mandatários pedagógicos, em realizar esse processo dialógico, por considerarem que assim o poder burocrático da direção de ensino perderia sua autoridade e sua força centralizadora. Nessas condições, é imprescindível que haja uma progressiva mudança de mentalidade na gestão educacional, em prol do estabelecimento de uma organização escolar em conformidade aos parâmetros democráticos desejados. Segundo Moacir Gadotti,

A educação é atualmente um lugar onde toda a nossa sociedade se interroga a respeito dela mesma, se debate a se busca; educar é reproduzir ou transformar, repetir servilmente algo que foi, optar pela segurança do conformismo, pela fidelidade à tradição ou, ao contrário, ficar frente à ordem estabelecida e correr o risco da aventura; querer que o passado configure todo o futuro ou partir dele para construir outra coisa (GADOTTI, 1987, p. 18).

Os estabelecimentos de ensino, segundo a conceituação de Althusser, são aparelhos ideológicos de Estado, instrumentos utilizados pelo poder estabelecido para transmitir a visão hegemônica de integração social e assim suavizar a dominação política, intrinsecamente repressiva, sobre a estrutura social. Não obstante seu projeto de esclarecimento científico em favor do progresso técnico e seus frutos sociais, a dimensão educacional moderna se configurou como uma estrutura de poder verticalizado e burocratizado, impedindo assim sua

abertura política para os diversos segmentos sociais que dela participam. Nos períodos de exceção política em que o autoritarismo ditatorial regulava a prática organizacional das instituições de ensino com sua ideologia da defesa da segurança nacional e da necessidade de se criar funcionários especializados para a perpetuação do establishment, o patrulhamento sobre o cotidiano dos estabelecimentos educacionais se tornou ainda mais asfixiante, pois a lógica do poder consistia justamente em eliminar todo traço de dissenso, em nome da ordem e do progresso, e os conteúdos pedagógicos que estimulavam a reflexão sobre a própria natureza do poder, da autoridade, da verdade, da ideologia sofreram transformações epistemológicas de modo a se tornarem inofensivas para o sistema vigente. Maurício Mogilka considera que

Se é correto que a democratização da relação pedagógica não é condição suficiente para a democratização social, ela é, contudo, condição essencial para a estruturação de uma subjetividade autônoma, pois processos autoritários não conseguem servir de base para os resultados democráticos (MOGILKA, 2003, p. 30).

Todo processo educacional nas instituições de ensino é inevitavelmente um exercício político não apenas por se realizar no espaço social da convivência, a esfera pública, mas também porque é uma preparação intelectual para que o estudante venha a ser um participante ativo na organização social, não apenas como profissional, mas como sujeito político cômico de sua cidadania, muitas vezes escamoteada, mas que não pode jamais ser suprimida, não obstante todo reacionarismo contrário. De acordo com José Carlos Libâneo,

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética (LIBÂNEO, 2015, p. 115).

Como o processo de desenvolvimento educacional mediado pela instituição de ensino engloba uma série de atividades intelectuais que estimulam diversas potencialidades da subjetividade do estudante, em suas dimensões culturais, societárias, políticas, psicológicas, axiológicas etc., é assim uma absurdez o postulado da neutralidade do processo de transmissão de conteúdos pedagógicos, pois diversos valores e ideais se mesclam inevitavelmente nessa dimensão formativa. Oxalá a pretensão normativa da Escola sem Partido, apesar de seu profundo apelo nas camadas reacionárias da sociedade brasileira, se torne em breve apenas mais uma tenebrosa página virada de nossa trajetória educacional, mas para que tal superação se efetive é imprescindível que os professores, os estudantes e toda a sociedade civil comprometida com a democracia se unam em prol da defesa incondicional da educação livre das contingências reativas contrárias ao livre pensar.

Considerações finais

A formação do educando pressupõe o debate acerca de todas as temáticas pertinentes na conjuntura sociopolítica em vigor. O lento processo de

democratização social brasileiro, ainda que às duras penas, traz para a dimensão educacional a reflexão inevitável sobre as questões de gênero, sobre o caráter histórico da família, sobre a construção social da identidade, suprimindo os seus arcaicos traços metafísicos e atemporais que somente chancelavam o discurso unívoco favorável ao modelo de vida normativo dominante que impede o florescimento da diferença. Reflexão sobre temas imputados como socialmente polêmicos, como tabus milenares, não é doutrinação, o espaço educacional da análise crítica não pode ser controlado pela política do silêncio, que gera consenso não por convencer, por debater, por intercomunicar, mas por optar autoritariamente pelo vazio discursivo. Se porventura todos os temas considerados como tabus pelo status quo fossem descartados na dimensão educacional, científica e cultural acreditaríamos ainda ser a Terra uma estrutura plana e o centro do universo. Nessas condições, todo progresso técnico não apenas pressupõe progresso cultural, mas, acima de tudo, liberdade para reflexão, mesmo que tal exercício cultural afete as subjetividades pessoais refratárias a qualquer orientação axiológica divergente da sua. O respeito incondicional pela dignidade humana pressupõe a liberdade de expressão, desde que essa não atente contra a consciência de outrem, e a problematização de temas acerca de questões que não nos interessam ou das quais não concordamos não significa a violação de nossa dignidade pessoal se porventura estivermos no espaço por excelência para o debate amplo e irrestrito, o espaço educacional, e se também não ousarmos impor nossas convicções a outrem. O projeto da Escola sem Partido e seu histórico combate contra a dita doutrinação política sobre as subjetividades dos

estudantes restaura os procedimentos escusos do macarthismo, gerando um clima de insegurança sobre a produção social do conhecimento na sua expressão educacional. É função pedagógica de cada educador instigar o desenvolvimento da consciência política em cada estudante, inclusive estimulando na prática a participação em eventos emancipatórios. Nessas condições, essa estultícia ideológica da Escola sem Partido é uma violação da consciência crítica do professor que ousa debater temas progressistas para os seus educandos justamente por impor como diretrizes normativas a exclusão de qualquer tema que seja contrário ao credo pessoal dos estudantes. Por conseguinte, tal projeto ideológico é que é a verdadeira instância assediadora, e não o contrário, tornando-se um perigo para a construção de uma sociedade democrática na sua luta contra o fascismo institucionalizado. A despolitização educacional empreendida pela Escola sem Partido visa subjugar as consciências subversivas, dominando-as para que aceitem docilmente o choque de ordem do autoritarismo do mercado e seu dispositivo destruidor dos direitos sociais adquiridos com luta e sangue dos cidadãos.

Não será de se estranhar se, no futuro, ideólogos proeminentes da Escola sem Partido lançarem candidaturas a cargos políticos, evidenciando seu abjeto oportunismo, para que possam nas estruturas parlamentares defenderem seus objetivos escusos contra a autonomia da práxis educacional. Seria melhor se os filisteus da Escola sem Partido pelejassem pela efetivação da laicidade na república brasileira. Terminamos assim o texto o com as contundentes palavras de Paulo Freire: “A educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode

fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 2006, p. 104).

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDRÉ, Marli E. D. A. “A pesquisa na didática e na prática de ensino”. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 169-179.

APPLE, Michael W. “A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo dominante?” In: MOREIRA, Antonio Flavio & TADEU, Tomaz (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 71-106.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. Trad. de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez / Autores associados, 1987.

GIROUX, Henry A. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Trad. de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus, 2015.

MISES, Ludwig von. **A mentalidade anticapitalista**. Trad. de Douglas Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MOGILKA, Maurício. **O que é educação democrática? Contribuições para uma questão sempre atual**. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Trad. de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SAMPAIO, Tamires Gomes. “A luta por uma educação emancipadora e de qualidade” In: CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (Org.) **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 145-149.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Trad. de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. Trad. de Monica Stahel. São Paulo: Planeta, 2012.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.